

Ler a prosa do mundo hoje

Maria Clara Paixão de Sousa, Universidade de São Paulo, mariaclara@gmail.com

1 PREÂMBULO (OU: 'A PROSA DO MUNDO')

As tecnologias eletrônicas de difusão da informação transformaram profundamente o trabalho tradicional em torno disso a que chamamos as *Humanidades*, um trabalho que está hoje, inexoravelmente, inscrito na lógica digital. Essa inscrição é muito mais profunda do que o rótulo '*Humanidades Digitais*' pode fazer crer – pois não estamos diante do surgimento de uma nova tendência, nem de uma nova linha de pesquisas, nem de um novo campo de estudo no interior das Humanidades: estamos de fato diante de *outras Humanidades*, de uma nova forma de fazer o trabalho tradicional do humanista, marcado profundamente pela contingência da difusão digital da informação. Essa nova conformação do estado discursivo, político e institucional das Humanidades não é causa para euforia, nem para o desespero apocalíptico; deve ser, entretanto, motivo de reflexão crítica. Neste texto proponho uma reflexão nesse sentido, em particular discutindo os efeitos que um novo objeto – o texto digital – instaura nas *Formas de Atenção* (Unsworth, 2006) das Humanidades.

Mas proponho começar essa reflexão trazendo uma anedota bastante pessoal – que, espero, ao final se justificará como ilustração prévia para o debate que desenvolverei. Vamos à história: a primeira vez que li *As palavras e as coisas* (Foucault, 2000[1966]) foi há quase trinta anos, naqueles tempos longínquos quando, estudantes, entrávamos nas bibliotecas (aqueles edifícios feitos de concreto), íamos até as estantes pegar os livros (aqueles objetos feitos de papel), sentávamos à mesa e... líamos. E, se quiséssemos consultar algo de obscuro na leitura, tínhamos que andar até uma outra estante, pegar um outro objeto feito de papel, e tentar achar entre suas páginas (literalmente páginas, viradas uma a uma) a informação de que precisávamos. Nessas condições antediluvianas, e nos meus vinte anos, a leitura das *Palavras* foi um desafio imenso – não apenas pela imaturidade intelectual que, inevitavelmente, me permitia compreender muito pouco ou quase nada do que estava ali, mas também (hoje concluo) porque eu não conseguia

‘enxergar’ nada do que era descrito na complexa rede de referências discursivas e imagéticas tramada por Foucault nessa obra.

Mais recentemente, em uma nova tentativa com *As Palavras*, descobri neste mesmo livro um universo repleto de imagens coloridas e fascinantes. Dessa vez, não lia na mesa fria de uma biblioteca de concreto; lia podendo consultar, numa tela de vidro brilhante, todas as obras citadas no livro – todas, simultaneamente, abertas aos meus olhos, acessíveis aos meus dedos. Um efeito particularmente forte desse alcance às referências se revelou na leitura do capítulo *A Prosa do Mundo*, aquele em que Foucault discute o poder das analogias visuais nos tratados renascentistas. Essa discussão, repleta de força imagética, tornou-se inacreditavelmente menos hermética e mais compreensível com o acesso às gravuras que ele comenta.

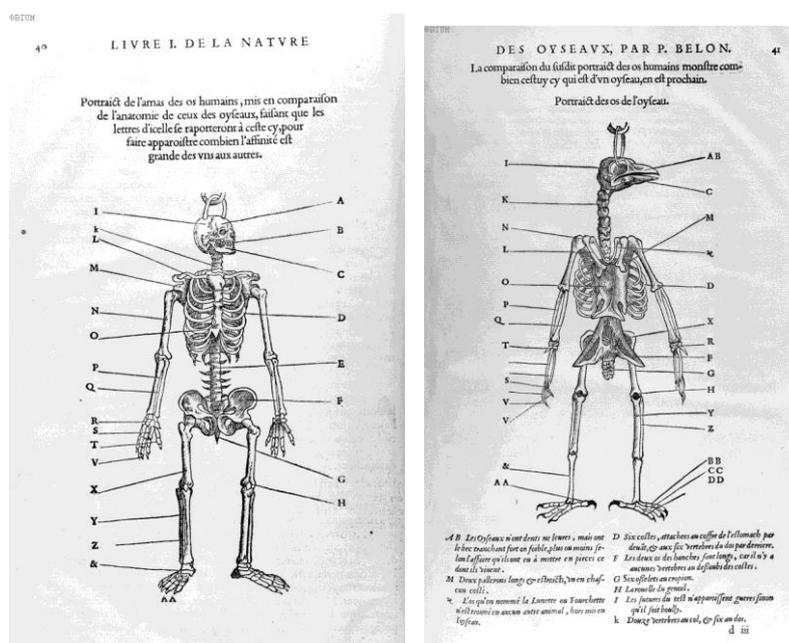


Figura 1. Portrait de l'amas des os humains / Portrait des os de l'oiseau
– In: L'Histoire de la nature des oyseaux, P. Belon, 1555

Animei-me então a elaborar para os meus alunos (para quem, afinal, estava preparando a leitura do texto) uma pequena “biblioteca virtual” com ligações para versões digitais das obras citadas por Foucault; e, depois, fui ler o capítulo com eles, absolutamente encantada com os meus achados. Eles, por sua vez, não pareceram achar nada demais naquilo. Ingenuidade minha. Ao contrário de nós que nos cansávamos nas andanças frustrantes pelos corredores das bibliotecas universitárias nos tempos d’antanho, para os jovens de vinte anos hoje é normal; é esperado; é

evidente que tudo pode ser encontrado; que tudo pode ser visto; que tudo está aqui, na ponta dos nossos dedos.

Naquele dia, talvez um pouco espantada pela naturalidade com a qual meu pequeno gabinete virtual de maravilhas foi recebido, pensei em como, por contraste, devem ter sido raros os leitores que, desde a publicação de *As palavras e a coisas* em 1966, puderam acompanhar a leitura do texto com a consulta fácil e imediata às vinte e três fontes textuais escritas entre 1555 e 1674, citadas só no capítulo da *Prosa*, e às ilustrações que elas contêm. Considerando a raridade dos livros referidos no capítulo, só podemos imaginar esse leitor singular no gabinete de uma biblioteca particular excepcional, ou na sala de leitura de uma grande biblioteca europeia – por exemplo, na Biblioteca Nacional da França, que guarda a maior parte das obras citadas ali; mas mesmo esse leitor privilegiado ainda precisaria nalgum momento se deslocar para a Itália ou para a Alemanha se quisesse de fato consultar todas as referências. Hoje, entretanto, a Biblioteca Nacional da França, a Biblioteca da Universidade de Bolonha, a Biblioteca da Universidade de Munique, tornaram-se próximas, separadas apenas pelo movimento de um dedo. E um jovem de vinte anos, em São Paulo, ao ler a *Prosa* pela primeira vez, pode, com toques rápidos numa pequena tela iluminada, ver todos os animais, monstros e rostos bestiais comentados minuciosamente por Foucault.



Figura 2. 'Des oreilles grandes'

In: Giambattista della Porta, *La Physionomie humaine*, 1655, p. 147. Ch.VIII, *Des oreilles*.

Entretanto – quais os efeitos dessa leveza no levantar o olho do livro? Essa profusão de informações imagéticas contribui para um aguçamento do entendimento da obra, ou de fato impede o olhar de concentrar-se nas palavras do autor? Pois – o olho muitas vezes não perde o

caminho de volta, quando o dedo toca a tela iluminada? Horas depois, não vamos perceber que já não estamos mais lendo *As Palavras*, mas sim nos maravilhando com as 11.623 imagens que chegaram pelo *Google* quando buscamos: “Aldrovandi, Dragons”?

Mais que isso. Quando preparamos para nossos alunos pequenas coleções de maravilhas, e de fato quando damos ao mundo nossos novos produtos de pesquisa – nossas coleções coloridas de iconografias em torno de obras clássicas, com finalidade pedagógica; nossas constelações de textos antigos, dispersos por séculos no Velho Mundo, mas agora unidos no em uma “rede” que nós mesmas criamos digitando códigos numa tela, no Novo; quando fabricamos textos que se movem, edições que chamam o dedo do leitor – o que é que estamos fazendo? Não estamos (nós mesmos, os *humanistas*, os que pensamos ser os guardiães das formas que a nossa cultura inventou para ler-se) também contribuindo para essa dispersão dos olhares? Pois reordenar materialmente o texto, transformar as redes de suas referências, torná-lo poroso e aberto à manipulação instantânea – não é tecer um novo texto?

Borges não acrescenta nenhuma figura ao atlas do impossível; não faz brilhar em parte alguma o clarão do encontro poético; esquiva apenas a mais discreta, mas a mais insistente das necessidades; subtrai o chão, o solo mudo onde os seres podem justapor-se. Desaparecimento mascarado, ou, antes, irrisoriamente indicado pela série abecedária de nosso alfabeto, que se supõe servir de fio condutor (o único visível) às enumerações de uma enciclopédia chinesa... Numa palavra, o que se retira é a célebre “tábua de trabalho”; e, restituindo a Roussel uma escassa parte do que lhe é sempre devido, emprego esta palavra “tábua” em dois sentidos superpostos: mesa niquelada, encerada, envolta em brancura, faiscante sob o sol de vidro que devora as sombras — lá onde, por um instante, para sempre talvez, o guarda-chuva encontra a máquina de costura; e quadro que permite ao pensamento operar com os seres uma ordenação, uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e suas diferenças — lá onde, desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço. (Foucault, 2000[1966], p. xi)

Naquele lugar onde “desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço” – que aspecto tem, hoje, nossa “tábua de trabalho”? Por sobre que mesa ordenamos e damos sentido aos nossos escritos; que superfície *niquelada, encerada, envolta em brancura* forma a base sobre a qual podemos espalhar nossas leituras? Que quadro nos permite hoje operar uma ordenação dos seres e das ‘coisas’? Em que espaço lemos *a prosa do mundo*, hoje?

Aqui acaba minha anedota, pois não tenho respostas para essas perguntas. Mas me parece certo que vemos instaurar-se, no estudo e no ensino das Humanidades, uma nova forma de **ler**.

2 FORMAS DE ATENÇÃO

I think we are arriving at a moment when the form of the attention that we pay to primary source materials is shifting from digitizing to analyzing, from artifacts to aggregates, and from representation to abstraction. (Unsworth, 2006)

Em 2001, John Unsworth apontava para a profundidade das mudanças epistemológicas em jogo nas Humanidades frente ao contato com as tecnologias computacionais – entre outros fatores, destacando seus impactos sobre a formação de novos humanistas. Inscritas na lógica digital, as novas gerações encontrariam formas inteiramente novas de relacionarem-se com a documentação deixada pelas gerações passadas, fazendo transformarem-se “*as Humanidades?*”:

The assertion of this paper is that the methodology known as knowledge representation has profound implications for humanities computing, and through humanities computing, has the potential to change the way humanities scholarship is done, to change the nature of graduate education in the humanities, and to change the relationship between the humanities and other professions, let alone other disciplines. I believe that knowledge representation has already produced important new research, and will, in the future, bring us new insights into what we know about the human record, and how we know it. (Unsworth, 2001)

Em 2008, Gregory Crane e colegas sugeriam que as novas ferramentas digitais à disposição dos pesquisadores nas Humanidades fariam vislumbrar a criação de “um espaço dinâmico para a vida intelectual” cuja diferença em relação ao espaço anterior seria tão grande e tão profunda como a diferença que separou o mundo da cultura escrita do mundo da cultura oral:

The tools at our disposal today, primitive as they may appear in the future, are already adequate to create a dynamic space for intellectual life as different from what precedes it as oral culture differs from a world of writing. (Crane et al., 2008)

Como muitos autores que enxergaram no impacto das tecnologias computacionais um divisor de águas na história das Humanidades, Crane et al (2008) e Unsworth (2001; 2006), falavam a partir de um campo específico das Humanidades que, me parece, foi particularmente sensível à interferência das técnicas eletrônicas: o trabalho com o texto, na chave mais filológica ou na chave mais linguística. Baumann & Crane (2010), por exemplo, fazem explicitamente essa ligação direta entre o deparar-se com um “novo espaço intelectual” e o trabalho com *corpora* de línguas:

Treebanks are collections of text with extensive morphological, syntactic and similar categories of annotation and are familiar instruments for corpus and computational linguistic research. In building Treebanks for historical languages such as Greek and Latin, we found a new intellectual space that combined elements from computational

and corpus linguistics and from the ancient discipline of philology. (Baumann & Crane, 2010)

Não parece surpreendente encontrarmos as principais reflexões sobre a profundidade do impacto do digital nas Humanidades nas áreas que trabalham de modo fundamental com *o texto* – pois foi o texto, em primeiro lugar, o objeto de atenção humanística que se transfigurou da forma mais absoluta com o advento da transmissão digital da informação. É talvez por se verem cotidianamente diante desse novo objeto, materialmente distinto do objeto-texto anterior (como veremos), que os filólogos e linguistas envolvidos na construção de coleções estruturadas de textos em meio eletrônico têm se mostrado fascinados com as potencialidades inovadoras desse objeto. Não haverá testemunho mais eloquente desse fascínio que as palavras do jesuíta Roberto Busca sobre as primeiras versões de seu *Corpus Thomisticum* nos anos 1940: *Digitus Dei est hic!* (Busa, 2004). Fora do ambiente de trabalho com o texto, entretanto, o entusiasmo de linguistas e filólogos talvez pareça um tanto exagerado. Acredito que para compreender nossa perspectiva de que a difusão digital inscreve novas Humanidades seja interessante compreender por quê o texto digital nos parece conformar um objeto tão radicalmente novo.

Como venho propondo em alguns trabalhos recentes, de uma perspectiva *material* o “texto digital” é uma etapa objetivamente nova na história do texto, diferindo fundamentalmente das outras formas de texto por envolver uma combinação de elementos lógicos naturais e artificiais em sua codificação e, no limite, por sua propriedade de “representar” artificialmente a linguagem (Paixão de Sousa, 2013). Por conta dessa participação da lógica artificial em sua composição, o “texto digital” é um texto *descorporificado*, cuja materialidade não se consubstancia empiricamente em um objeto palpável, mas sim se inscreve na representação do código que forma a possibilidade do texto.

Essa é uma diferença material fundante, não uma nova forma para um mesmo objeto. Vemos isso já no plano mais básico da representação linguística artificial contida no texto digital, a “codificação de caracteres” – aquilo que de fato, de uma perspectiva material e computacional, faz diferir um arquivo do tipo “texto” de outros tipos de arquivos. A codificação de caracteres funciona como uma matriz lógica de remissões entre dígitos e um inventário de símbolos

convencionados para certos valores linguísticos (*a, b, c...*), e as programações computacionais operam, nos processadores de texto, manipulando essas remissões lógicas de modo a compor uma representação que é interpretada, humanamente, como um “texto”:

<p>Isso é um texto</p> <pre>01001001 01110011 01110011 01101111 00100000 11000011 10101001 00100000 01110101 01101101 00100000 01110100 01100101 01111000 01110100 01101111</pre>

Figura 3. ‘Isso é um texto’.
 Texto digitado no conversor ASCII em <https://www.asciitohex.com>,
 fazendo explicitar-se a codificação binária de caracteres

A mágica disso – o ‘*dedo de Deus*’ no dígito – está nas possibilidades de manipulação que a codificação digital do texto abre para o trabalho filológico e linguístico; e o instrumento no qual essas possibilidades se evidenciam mais claramente é, talvez, o corpus eletrônico anotado. De fato, a propriedade ‘incorpórea’ do texto digital acaba colocando em termos muito interessantes o problema da definição do corpus eletrônico, ou seja, dessa coleção de documentos cuja coesão material nos parece tão forte que a denominamos *corpo*. Em Paixão de Sousa (2014) sugeri o conceito de “corpus eletrônico” como coleção de textos digitais hiper-codificados que formam uma “representação artificial da análise linguística”. Lembrando as palavras de Unsworth (2006) que citamos acima, o trabalho de anotação depositado sobre os textos na formação de um corpus eletrônico é uma das instâncias da chamada “representação do conhecimento”, *Knowledge Representation*, de modo que anotar um texto eletrônico para fins de análise linguística é tornar explícita, nesse texto, nossa interpretação e nossa análise. Ressaltemos entretanto um passo importante que poderia ficar obscuro ao se conceituar a anotação de textos como uma operação da representação do conhecimento: não estou afirmando que anotar um texto é “explicitar sua estrutura”. Do ponto de vista linguístico e do ponto de vista material, um texto não “tem” uma estrutura a ser explicitada; nós, como intérpretes, como analistas do texto, é que atribuímos uma estrutura ao texto, e é isso que anotamos. Assim, “anotar” textos é efetivamente aplicar *camadas de representação interpretativa* sobre textos.

É em cima da nossa anotação – ou seja, em cima dessa nossa *interpretação explicitada* – que um texto poderá vir a ser processado “automaticamente” em um corpus eletrônico. Note-se o

detalhe central: o processamento automático não se dá sobre um objeto natural, e sim sobre uma interpretação do texto, que inscrevemos computacionalmente na codificação e levamos ao processamento de uma máquina.

```
[Isso/DETERMINANTE]-SUJEITO
[é/VERBO um/DETERMINANTE texto/NOME anotado/ADJETIVO]-PREDICADO

01011011 01001001 01110011 01110011 01101111 00101111 01000100
01000101 01010100 01000101 01010010 01001101 01001001 01001110
01000001 01001110 01010100 01000101 01011101 00101101 01010011
01010101 01001010 01000101 01001001 01010100 01001111 00100000
00001101 00001010 01011011 11000011 10101001 00101111 01010110
01000101 01010010 01000010 01001111 00100000 01110101 01101101
00101111 01000100 01000101 01010100 01000101 01010010 01001101
01001001 01001110 01000001 01001110 01010100 01000101 00100000
01110100 01100101 01111000 01110100 01101111 00101111 01001110
01001111 01001101 01000101 00100000 01100001 01101110 01101111
01110100 01100001 01100100 01101111 00101111 01000001 01000100
01001010 01000101 01010100 01001001 01010110 01001111 01011101
00101101 01010000 01010010 01000101 01000100 01001001 01000011
01000001 01000100 01001111 00001101 00001010
```

Figura 4. 'Isso é um texto anotado'.

Texto digitado no conversor ASCII em <https://www.asciitohex.com>,
fazendo explicitar-se a codificação binária de caracteres.

Significa dizer, fundamentalmente, que preparar um texto para ser processado automaticamente por uma máquina é construir a possibilidade do processamento computacional de uma interpretação (linguística, estrutural, estética) do texto. Nesse ponto já podemos talvez compreender um pouco do fascínio de um linguista diante dessa metodologia: como sugeri em Paixão de Sousa (2014), a anotação sintática, por exemplo, nos permite *analisar nossas próprias análises*, por meio da construção de sua *explicitação matemática*. Nisso opera um passo pouco discutido, mas fundamental: pois deparamo-nos, nesse processo, com a restrição lógica da máquina – a máquina, esse construto humano que não compreende o ambíguo, que não compreende o fluido, que precisa de categorias muito claras e recursivamente aplicáveis. Ou, nas palavras de Unsworth (2006), deparamo-nos com a “consistência tola” do computador (“*the ‘foolish consistency’ that the computer requires*”). Para ficar, de início, ainda no exemplo do trabalho do linguista, lembremos que a linguística é uma área interessante, entre outras coisas, porque nela a *intuição* do analista é uma das mais legítimas e centrais ferramentas de análise. O efeito da “consistência tola”, nesse sentido, afeta a análise linguística pelo seu avesso: “ensinar” uma máquina a processar computacionalmente padrões linguísticos pode ser interessante justamente pelo fato de a análise linguística intuitiva nos ser tão acessível, e porque sua facilidade esconde uma série de análises implícitas. Ou seja, esconde interpretações que fazemos só porque somos

humanos e falantes de uma língua natural (não por causa das nossas sofisticadas teorias; de fato, muitas vezes até apesar delas). Essa é talvez uma especificidade que diferencia o trabalho computacional em linguística do trabalho computacional em outras áreas das Humanidades: o que estamos analisando computacionalmente, aqui, é algo que (a rigor) “já sabemos”. Mas o computador, com sua exigência de uma ‘consistência tola’, nos impede essa intuição, e nos faz, pelo avesso, ver onde ela atua. Assim, na batalha cotidiana frente à burrice fundamental do autômato, terminamos questionando radicalmente nossas categorias naturais, sempre tão ricas em compreender o ambíguo, o fluido, o que não é claro, o que não se repete jamais.

E com isso chegamos ao coração do problema – pois essa incursão pelo mundo da lógica fria de uma máquina que calcula sequências de números termina por transformar, indelevelmente, nosso olhar sobre o texto. Os corpora eletrônicos anotados resignificam profundamente o trabalho de análise linguística, por obrigar o linguista a uma nova hermenêutica, mediada por procedimentos artificiais de processamento simbólico. Assim é que a construção de bases de dados codificadas quanto à estrutura linguística (i.e., corpora linguísticos anotados) cria, para a linguística, não só uma nova ferramenta, mas sim um novo objeto de análise, e fundam, conseqüentemente, um novo olhar.

De um modo geral, e saindo um pouco do exemplo da linguística, esse reajuste hermenêutico no uso das tecnologias computacionais está também presente em outras formas de trabalho com o texto, permitindo-nos sugerir que o trabalho computacional com o texto, em todas as disciplinas das Humanidades, cria uma nova *leitura*. As grandes bases de dados não apenas nos ajudam a arquivar grandes volumes de informação e processá-las mais rapidamente, mas sim depreender padrões, e no limite, *interpretá-los*. No campo dos estudos literários, a possibilidade de se reconhecerem padrões que não são possíveis a “olho nu” pelo intermédio do processamento automático, é salientada, por exemplo, por Berry (2011), lembrando a experiência de Tanya Clement com a obra de Gertrude Stein, em Clement, Steger, Unsworth & Uszkalo (2008). Berry relaciona esse aspecto ao conceito de *leitura distante* versus *leitura próxima* (“distant reading” e “close reading”). O trabalho computacional possibilita a visão da repetição de padrões,

coisa que não vemos a olho nu na língua e no texto, porque, na língua e no texto, fora do espaço artificial que criamos como um *corpus* (corpo!), o universo é amplo, fluido, e ambíguo demais.

Entretanto, como salientei no início dessa seção, é fato que essa questão dos efeitos do processamento automático do texto parece atingir com mais centralidade as disciplinas humanísticas mais tradicionalmente dedicadas ao texto como objeto de estudo, como a linguística, a filologia, e (talvez de uma forma diferente, mas ainda assim intensa) os estudos literários. Não poderemos aqui visitar com propriedade seus efeitos sobre as disciplinas irmãs, como a história e as áreas voltadas para os estudos sociais e culturais. Nesses campos próximos, entretanto, talvez a segunda questão que gostaria de debater aqui se mostre igualmente relevante: a questão da proliferação e dispersão das fontes. De fato, essa nova forma de interpretação e leitura em que tocamos acima constrói-se em meio a uma tensão entre a restrição colocada pelos limites lógicos e ‘tolos’ da máquina, que comentei até aqui, e algo que eu agora chamaria de uma *explosão* de textos a serem “lidos” – na realidade, muitas vezes, lidos indiretamente, com a ajuda da extensão de olhos eletrônicos.

Para justificar o meu uso do termo “*explosão*”, vejamos três dados. Primeiro: hoje, 1º de março de 2018, devem existir na internet **4.24 bilhões** de páginas (Kunder, 2018)¹ – e estamos falando em “páginas” no sentido (emulatório) de *páginas-web* (considere-se que, segundo um curioso experimento feito em 2015, para se imprimir todo o conteúdo da *web* naquele ano gastar-se-iam 305.5 bilhões de páginas de papel; cf. Dewey, 2015). Em meio a esse volume, existiam, em 2014, **114 milhões** de documentos que podem ser considerados ‘acadêmicos’, segundo Khabsa (2014), apenas na língua inglesa (desconheço pesquisa semelhante que vá além da documentação em inglês). Para tornar a questão um pouco mais próxima da nossa reflexão sobre as Humanidades, até 2012, **23 milhões** de documentos históricos (entre livros, gravuras e manuscritos) haviam sido digitalizados apenas nas bibliotecas europeias, segundo o levantamento de Peckel (2012) – o que, por sinal, ainda correspondia então a cerca de 10% do patrimônio físico

¹ Esses primeiro dado, note-se, é pouco confiável, pois, apesar da investigação pioneira do pesquisador, é preciso lembrar que não há propriamente uma entidade oficial que centralize as informações sobre o que há “*na internet*”, e portanto os números, inferidos indiretamente, correm o risco de estarem subestimados.

desses acervos (levando a crer que, a permanecerem as condições atuais, esse número só tende a crescer nos próximos anos).

Do muito que se poderia discutir a partir desses dados bastante objetivos, façamos apenas uma pergunta: como vamos ler isso tudo? Alguém se senta frente à tela de um computador e *lê* as 4 bilhões de páginas-web disponíveis na internet em 2018, ou mesmo, sendo menos ambiciosos, os 114 milhões artigos acadêmicos disponíveis em 2014, em busca de um assunto que lhe interesse? Algum filólogo ou historiador já consultou os 23 milhões de documentos primários disponíveis em formato digital só no contexto europeu em 2012, em busca de um que lhe interesse?

É evidente que não. Pois não somos nós que lemos e ordenamos os textos colocados nas máquinas – são as próprias máquinas, que indexam, organizam, e fazem os textos revelarem-se para nossas “buscas”. Assim, como sugeria acima, é só com a ajuda de *olhos eletrônicos* que podemos pensar em dar conta do volume absolutamente acachapante de textos a serem “lidos” no mundo hoje. Esta contingência, me parece, se soma àquela outra, mais específica (da formação da leitura ‘distante’ em contraponto à leitura ‘próxima’), para conformar uma relação diferente entre o leitor e o texto. Desconfio que vivemos um momento paradoxal, em que nunca tivemos tantos textos facilmente acessíveis para ler, mas que tornou impossível *ler*. E isso, em minha visão, é também um fator de transformação da nossa leitura, e das nossas disciplinas. Pois, como humanistas, nosso ofício sempre foi o de ler o mundo – mas o mundo não pode mais ser lido como antes; tanto porque estamos precisando abandonar o sonho de ler tudo o que há para ler, como sugeri – mas também por uma segunda razão, mais delicada: porque os muros que separavam os diferentes lugares de leitura se dissolveram, de forma que não temos mais a clareza do que, diante daquele imenso volume de documentos dispersos, é importante ler. O que é “da nossa área”? Quais são os textos “fundamentais”? Quais são as boas fontes? O que é, hoje, o “Arquivo” (no sentido de Pecheux, 1994)?

Em minha visão, esta dispersão e essa porosidade dos objetos-texto é também uma função da natureza material do texto digital – e portanto não nos distanciamos tanto, nesse

segundo problema, das questões que condicionavam o primeiro (as questões em torno da natureza material do texto digital). Como argumentei em Paixão de Sousa (2013), a condição de transmissão e circulação de uma forma de texto faz parte de sua definição material, e a condição de circulação do texto digital é essa: volumosa; rápida; dispersa; porosa. Isso traz consequências para a leitura acadêmica,

Pois a difusão digital, pulverizando o primado da autoridade sobre o objeto, desintegrou o portal regulador da circulação dos corpos. Nesse novo ambiente, o erudito pode construir novas esferas de circulação do saber; mas outros construirão outras esferas, em que circularão outros saberes. Assim, os estudiosos especializados da leitura e da construção do “arquivo” (no sentido de PECHEUX, 1994) podem passar a se ver acompanhados de novos leitores e construtores do arquivo. Pois o “saber escrever” (aqui no sentido expandido, não de codificar a escrita, mas de escrever o arquivo, inscrevendo a memória) saiu das nossas mãos, mais radicalmente do que saíra das mãos dos escribas diligentes a serviço dos eruditos medievais para passar para as mãos (máquinas) dos fabricantes de livros. Saiu de nossas mãos, de todas as mãos, e de todas as máquinas: descorporificou-se. (Paixão de Sousa, 2013)

Quero com isso dizer que essa nova forma de difusão do texto – nova forma de sua produção, circulação e leitura – ao conformar um novo objeto-texto e, com isso, uma nova forma de leitura, transformou nossa forma de estarmos *atentos ao texto*. Agora poderíamos retomar as palavras de Unsworth que vimos rapidamente no começo da conversa: como ele diz, estamos chegando a um momento de deslocamento na **Forma da Atenção** que prestamos às nossas fontes primárias, da digitação para a análise, de artefatos a agregados, e de representações a abstrações (Unsworth 2006).

De fato, eu sugeriria que é tal o volume e a dispersão de textos (de um lado), e é tão profundo o grau de elaboração artificial em torno do objeto-texto (de outro), que melhor que usarmos a palavra *representação*, ou mesmo *abstração* (seguindo Unsworth), poderíamos dizer que o que temos hoje, no texto digital (e em seu ambiente de circulação) é, mais que nada, uma **emulação** de texto (e de um ambiente de circulação). Essa contingência da difusão digital do texto como uma emulação, mais que uma representação, do ambiente não-digital, faz com que seja pouco surpreendente que ele opere, quase sempre, uma dissimulação do digital, uma simulação do livro de papel e do ambiente de leitura do mundo físico. Essa emulação, essa alienação, *esse não saber-se envolto em um simulacro* de leitura, é um fato da vida digital; noutros termos: essa é a ideia – não é por falha, é pelo desenho. Faz parte do caráter fundamentalmente

alienante das tecnologias digitais nos fazer sentir, a cada passo, que estamos diante de bibliotecas, de livros, com páginas que podemos ‘folhear’ na tela, quando estamos diante de uma máquina que está nos enviando sinais, sem parar, para nos convencer de que são textos.

Os efeitos dessa emulação podem ser discutidos nas suas duas pontas – ponta de quem “lê” e a ponta de quem “escreve”. Numa ponta da emulação, estamos nós como leitores daquilo que, por outros, nos é feito ver como ‘textos’. Assim é que temos diante de nós 114 milhões de artigos em periódicos eletrônicos e nos comportamos como quem tem diante de si algumas tantas revistas em papel, a serem lidas concentradamente, uma após a outra, com uma calma que (desconfio) ficou perdida no tempo, e que não alcançaremos nunca mais. O fato é que seguimos na representação/emulação/simulação de que “*vamos ler as coisas*”, quando o que mais fazemos é selecionar, das telas iluminadas dos nossos computadores, pequenos trechos, aqui e ali, do que outros escreveram e que conseguimos “salvar” (termo, em si, interessante) em meio ao dilúvio de palavras que a “internet” nos faz chegar em casa todos os dias. O volume é tanto, e o meio tão difuso, que podemos desconfiar que, hoje, quem efetivamente lê nossos artigos acadêmicos é o *Google*, não nossos colegas.

Na outra ponta, estamos nós como produtores desses estranhos objetos emuladores de textos, que se multiplicam como vírus pelo mundo em forma de sinais elétricos, que enviamos na esperança de que algum dia alguém vai sentar em uma mesa e, efetivamente, *ler*. Estamos nós como e-ditores, na nossa tradicional função de levar os textos ao mundo. Nesse caso, não apenas os textos que nós mesmo escrevemos – mas também, e de modo fundamental, a tradição da nossa cultura escrita, de que nós, como humanistas, nos arvoramos como guardiães e transmissores. Vamos lembrar que os humanistas construímos os instrumentos para a humanidade se ler – tanto aqueles entre nós cujo trabalho é dar textos à leitura, como aqueles cujo trabalho é explicar o texto, como aqueles cujo trabalho é ordenar o mundo dos textos. É isso que fazemos, tradicionalmente – mas diante dos milhões de documentos históricos digitalizados hoje, por exemplo – o que estamos fazendo? O que podemos fazer, quando sequer estamos participando da organização desse volume insondável de palavras escritas?

Ora, se nos deixamos mergulhar demais na emulação, se confiamos demais nos algoritmos e *softwares* de processamento de texto e da organização digital da informação, estaremos confiando a máquinas o coração do nosso trabalho. Pois nesse ponto não podemos nos iludir: a organização do texto digital, seja ele uma notícia de jornal ou um documento medieval cuidadosamente digitalizado por uma biblioteca universitária, está a cargo do *Google*. É “*no Google*”, não nas bibliotecas, que os leitores procuram textos. Em Paixão de Sousa (2010), sugeri como a correlação “internet-biblioteca” é falha, discutindo os problemas do acervo hipercirculante e da angústia do catalogador, e defendendo que aos humanistas nos resta dominar as novas formas de ordenação do texto, ou deixar que outros a dominem – e nessa segunda hipótese, abrir mão do coração do nosso trabalho e, desconfio, da nossa relevância social. Ou estamos todos tranquilos em saber que algoritmos produzidos por grandes corporações multinacionais são, hoje, os principais responsáveis por ordenar as palavras legíveis no mundo?

Esta é a encruzilhada em que nos encontramos. Chegamos aqui como resultado de uma transformação muito profunda na natureza do nosso instrumento principal de trabalho, o objeto da nossa mais dedicada atenção – o texto. Em alguns casos, não só o texto, mas o texto antigo, preservado dos efeitos do tempo e trazido até nós por diferentes modos de difusão por milênios – e que ainda hoje, me parece, é nossa tarefa preservar (e explicar, e organizar, e trazer à luz). Independente dos rumos de cada campo de estudos específico no interior das Humanidades, o texto nos está chegando, e continuará a nos chegar, na forma “digital” – nossos documentos, nossos objetos de atenção, estão sendo rematerializados em arquivos eletrônicos que armazenam sequências de números, levando alguns a enxergar uma revolução documental, num processo de “*desconstrução*” da própria noção de documento (Gradmann e Meister, 2008), ou “*fragmentação da unidade documental*” (Chaudiron et al. 2008), ou, até mesmo, *redocumentarização* (Pédauque, 2004¹, em propostas que seriam plenamente desenvolvidas em Pédauque, 2006, 2007).

¹ “L’objet texte ici désigné n’est pas un objet purement sémiotique, ce n’est pas seulement un ensemble de codes ; c’est **un objet fabriqué**, artisanalmente et/ou industriellement (dans le régime des médias informatisés par un mixte des deux), **doté de propriétés matérielles**, inscrit dans un certain type d’échange”. Pédauque (2004¶10, meus grifos).

Cabe a nós decidir o que queremos fazer disso: se queremos ser afogados pelo dilúvio da transformação material (aparentemente ainda crescente) dos ‘documentos’ (i.e., arquivos de informações numéricas) em bancos de dados codificados, ou se queremos compreender as condições tecnológicas e históricas dessa rematerialização, e ressignificá-la dentro da nossa disciplina.

E talvez com isso, reversamente, ressignificarmos nossa “disciplina”, absorvendo as novas formas de trabalhar o texto, vindas de campos aparentemente tão distintos entre si como a filologia, a ciência da computação, ou a ciência da informação, que vem tentando cuidar de organizar, em novos moldes, o dilúvio documental surgido dos grandes projetos de digitalização da última década.

Como, entretanto, podemos construir esses novos moldes, ressignificadores da nossa disciplina? Talvez nos bastasse batizarmos-nos de um novo nome, aliando o termo que designa a parte mais tradicional do nosso ofício (*Humanidades*) a um termo novo, moderno, inovador (*Digitais*)! Como proponho a seguir, a cunhagem um novo termo não desenrola nosso novelo – mas nos dá pistas interessantes sobre como unir os fios que ainda estão soltos.

3. MAS E AS TAIS ‘HUMANIDADES DIGITAIS’?

“We have infinite computer power at our fingertips,
and without much thought you can create
an infinite amount of nonsense.” (Betts, 2009)

Nas discussões a respeito daquilo que se vem convencendo chamar *as Humanidades Digitais*, temos visto um interessante contraponto entre miragens eufóricas e visões apocalípticas. Assim, se as *Humanidades Digitais* aparecem por vezes atreladas às qualidades do “novo”, do “moderno”, do “atual”, do “dinâmico”, também têm sido acompanhadas adjetivos correlatos negativos, como “irrelevante”, “superficial”, “passageiro”. Nas partes do mundo onde as “*Digital Humanities*” são um termo em destaque há pelo menos uma década, têm surgido recentemente, inclusive, encontros científicos e publicações com críticas agudas ao campo (como por exemplo o congresso “*The dark side of digital*”, em 2013, e o artigo “*Literature is not data: Against Digital*

Humanities”, de Stephen Marche, em 2013). Entre as preocupações levantadas pelos que tomam essa postura mais crítica, listam-se por exemplo uma certa tendência à adesão rápida e a-crítica ao universo atraente (‘cintilante’, para Marche 2013) da aplicação das tecnologias nas Humanidades, sem recurso à postura crítica que (de resto) deveria pautar a abordagem dos humanistas frente a sua metodologia de trabalho de um modo geral. De outro lado, há os que vêm apontando, no recente *boom* das “*Digital Humanities*”, a atuação insidiosa das forças que nos empurram – na academia, e fora dela – ao mundo anglófono, eurocêntrico, excludente e imperialista da globalização financeira, política e cultural (Fiormonte, 2012, 2014; Dacos, 2013). Esse debate, me parece, tem relevância central para o estudioso das Humanidades hoje – certamente o tem para aqueles que, por força de seus interesses de pesquisa, têm absorvido tecnologias digitais como ferramentas de trabalho, e viram surgir, nos últimos anos, a face ‘cintilante’ das *Humanidades Digitais* – ora apresentando-se como novo campo de estudos, ora como uma nova forma (‘atual’, ‘moderna’, ‘dinâmica’...) de fazermos Humanidades.

As polêmicas, entretanto, me parecem correr sempre o risco de se tornarem estéreis, se nos deixamos levar apenas pelas questões motivadas pelos termos *Digital Humanities*, *Humanidades Digitais*, e congêneres. Pois o problema, me parece, mora muito além dos termos; e é quando o enxergamos nesse lugar mais distante que suas reais consequências (as apocalípticas e as eufóricas) se deixam revelar.

De fato, o termo *Digital Humanities* pode ser datado em 2004, com o lançamento do livro *A Companion to Digital Humanities* (Schreibman, Siemens, Unsworth, 2004); segundo Kirchenbaum (2010), foram seus editores que chegaram nesta formulação para descrever o conjunto de trabalhos expostos no livro, todos voltados para o uso de computação nas Humanidades. Antes de 2004, um outro termo comum para designar esta interpelação entre as Humanidades e as tecnologias computacionais, na língua inglesa, era “*Humanities Computing*”- *computação em humanidades*, que John Unsworth, por exemplo, definiu como uma área dedicada à construção de ferramentas que nos ajudam ou a *criar novas representações* para as nossas fontes primárias ou

a *manipular e analisar* essas fontes (Unsworth, 2006)¹. Assim, se o termo “*Digital Humanities*”, bem como as associações e iniciativas internacionais que se reúnem sob sua designação ao longo dos primeiros anos do século 21, surgem em um contexto no qual a constatação dos desafios envolvidos nessas práticas agudiza-se – as práticas e seus desafios em si precedem o termo. Como sinal máximo dessa precedência, tomemos aqui o trabalho de Roberto Busa em torno da obra de São Tomás de Aquino, iniciado já na década de 40 do século passado, com seu *Corpus Thomisticum*, www.corpusthomisticum.org, pioneiro do uso de computação nas Humanidades. Este trabalho de reunião, indexação e anotação linguística passou por todas as etapas da tecnologia computacional: do uso de quilômetros de fichas de papel perfurado, ao uso das mais recentes tecnologias de difusão virtual dos textos (Busa, 2004). Além do corpus de Busa, podemos lembrar também o *Thesaurus Linguae Graecae*, projeto pioneiro iniciado em 1972, e que constitui hoje a maior e mais bem trabalhada coleção de textos clássicos sob forma digital. Esses dois exemplos mostram que, apesar da “novidade” do termo *Digital Humanities*, cunhado portanto como vimos por volta de 2004, e dali espalhado para diferentes línguas (com diferentes graus de sucesso, como veremos a seguir), não há tanta novidade na prática de juntar as Humanidades com as tecnologias computacionais – essa junção surge, na realidade, no momento da invenção mesma dos computadores.

Entretanto, é fato que nos anos mais recentes temos visto multiplicarem-se projetos e iniciativas identificados sob o rótulo de “*Digital Humanities*” ao redor do mundo, e essa multiplicação é acompanhada por uma multiplicação de acepções distintas do próprio rótulo. Ele tem sido usado para designar ora uma comunidade de práticas (O’Donell, 2011), ora um novo campo de estudos (Cummings, 2011)², ora uma nova disciplina, inter-disciplina, ou transdisciplina (MHD, 2010)³. Essa multiplicidade de pontos de vista, essa constante auto-

¹ “For as long as there has been humanities computing, humanities computing has been about the representation of primary source materials, and about building tools that either help us create those representations or help us manipulate and analyze them”.

² “Digital Humanities is an academic field self-reflexively looking at the application of digital technology to humanities fields of enquiry”.

³ “As humanidades digitais designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais”.

redefinição, levou alguns a detectar uma verdadeira crise de identidade; Meister (2012) observa, de modo interessante, que essa crise se mostra de forma aguda numa transformação semântica do próprio termo, na qual teria já acontecido um apagamento da relação de qualificação entre “*Humanities*” e “*Digital*”, formando-se um termo congelado, plasmado, terceiro, as *Digital Humanities*, processo que se agudiza, notavelmente, a forma “*e-Humanities*” (e seu interessante correlato, a “*e-Philology*”), que já começa a aparecer em alguns autores (Meister, 2012)¹.

Já por conta desse congelamento, seria necessário ir além do termo para compreendermos o fenômeno: o surgimento das “*Digital Humanities*” é apenas uma face particularmente saliente de um processo mais profundo, a crescente integração de tecnologias computacionais às pesquisas em ‘Humanidades’ – processo que coloca desafios importantes para essas disciplinas e suas práticas tradicionais. Há entretanto ainda um segundo fator que nos recomenda ir além do termo: se, como vimos, seu uso não é constante no tempo, também não o é no espaço. Como vêm observando alguns autores, as *Digital Humanities* são um fenômeno fundamentalmente anglófono. Em primeiro lugar, porque o ‘sucesso de mercado’ do termo parece ter se dado muito mais no mundo da língua inglesa que em outras partes do globo; como notamos em uma reflexão sobre o fenômeno no ambiente acadêmico hispanohablante e lusofalante, “*Humanidades Digitales*” e “*Humanidades Digitais*” pareciam não ser termos tão valorizados como “*Digital Humanities*”, ao menos nos idos de 2014:

Dicho en otras palabras, una característica de la emergencia de las HD en español y en portugués es la tensión entre la resistencia a asumir que las humanidades se definan por lo digital y el interés por agruparse y discutir bajo esa terminología. (...) En suma, el giro semántico de las humanidades en castellano y portugués hacia las humanidades digitales, se produce aún con dificultades en la identificación de los humanistas como humanistas digitales. Esto muestra dos cosas, por un lado, subraya el hecho de que el giro se produce desde las humanidades (la filosofía, la historia, la filología, la lingüística, la literatura) hacia lo digital; por otro, muestra los distintos grados de compenetración de los miembros de la comunidad con el discurso de las humanidades digitales. (Priani et al., 2014).

¹ “Identity crises abound: until yesterday we did Humanities Computing, today it’s Digital Humanities, and the more common our practice becomes the shorter and less descriptive its designation seems to get, as the somewhat opaque neologism eHumanities proves. From a linguistic and philosophical point of view the change in terminology, and in particular the emerging next-generation terminology, signals a gradual naturalization of the concept by way of an obscuration of the predicate-argument structure. The evolving newspeak adds to the plethora of terminological nouveau vague constructs whose differentia specifica is marked by a single letter. From iPhone to iHumanities is but a step”.

Assim, *Digital Humanities*, o termo, não conforma uma referência semântica consistente em diferentes partes do mundo, em todas as suas formas traduzidas; e nem em diferentes épocas. Aqui, estou usando ‘*Humanidades Digitais*’ apenas por acomodação a um vocabulário corrente.

Minha visão sobre os temas escondidos no rótulo é mais radical: entendo que as tecnologias de difusão digital da informação transformaram profundamente o trabalho tradicional das Humanidades, de modo que esse trabalho está hoje, inevitavelmente, inscrito na lógica da tecnologia digital. Entretanto, enxergar o impacto das tecnologias digitais como um divisor de águas para as Humanidades não implica, aqui, uma perspectiva eufórica, ou sequer otimista. Ao contrário: é ao entender que a cultura digital transforma tão profundamente o trabalho nas Humanidades que me parece se tornar mais aguda e necessária a preocupação com as consequências teóricas, metodológicas e políticas dessa transformação.

De fato, se acreditarmos que, no futuro próximo, toda institucionalidade, toda prática, toda heurística das Humanidades estará indelevelmente modificada pelo digital, veremos a profundidade das consequências do digital sobre as disciplinas tradicionais das Humanidades sob uma nova luz. Um dos aspectos que se torna mais saliente ao nos abirmos para essa perspectiva é o impacto das desigualdades políticas, financeiras e (mesmo) linguísticas sob o trabalho em Humanidades diante do novo “paradigma digital”. Já remeti brevemente, acima, ao caráter anglocêntrico do mundo das *Digital Humanities*; a profundidade desse anglocentrismo, e suas consequências para o campo, vem sendo apontadas por diversos autores, em particular com Fiormonte (2012; 2014) e Dacos (2013); e como observamos em Priani et al. (2014), há poucas dúvidas de que “*las estructuras y dinámicas internacionales de las HD favorecen a académicos de países anglófonos (sobre todo de Estados Unidos, Canadá y Reino Unido) en detrimento de académicos de otras partes del mundo*”.

Essa desigualdade, entretanto, vai além do problema (absolutamente central) da língua, e atinge o aspecto mais básico da disponibilidade de recursos financeiros e institucionais para a pesquisa. Nos anos recentes, muito recurso financeiro vem sendo aplicado nas *Digital Humanities*; segundo o levantamento de Terras, 2012, entre 2007 e 2011, por exemplo, apenas o *National*

Endowment for the Humanities dos EUA financiou U\$ 15,268,130 milhões de dólares em pesquisas agrupadas sob o rótulo. Não tenho notícias de números sobre o volume de recursos dedicado por agências de fomento à pesquisa às *Humanidades Digitais* no Brasil, mas arriscaria dizer que esses recursos, se é que existem, são irrisórios quando comparados ao que se vê documentando para os países de língua inglesa no hemisfério norte. É verdade que uma reação razoável e cética a essa observação seria dizer que a desigualdade de distribuição de recursos para pesquisa não surgiu no mundo hoje; eu insistiria, entretanto, em apontar a centralidade desse problema no caso da assim chamada “virada para o digital” nas Humanidades, uma vez que a pesquisa fundada em tecnologias computacionais costuma demandar um volume de recursos financeiros particularmente elevado e um perfil de apoio institucional que muitas vezes nos é inacessível. Não falo aqui de problemas abstratos – falo de barreiras institucionais muitas vezes prosaicas, como aquelas encontradas por pesquisadores nas áreas das Humanidades em universidades brasileiras, quando tentamos (por exemplo) convencer nossas instituições de que precisamos de servidores com alta capacidade de processamento, apesar de sermos apenas professores do Departamento de Letras; ou quando tentamos convencer nossas instâncias institucionais de avaliação de carreira de que um corpus eletrônico é uma *publicação*, e configura um produto relevante para uma pesquisa na área de Letras (novamente, apenas em um exemplo hipotético).

Além disso – e sempre tomando o cuidado de vislumbrar o processo transformador das tecnologias digitais sobre a pesquisa em Humanidades para além do confinamento terminológico – há que falar do caráter anglocêntrico, eurocêntrico e excludente do ambiente de difusão digital da informação de um modo mais geral. As *Humanidades Digitais* são filhas da “Internet”; e a “Internet” é, ela também, um fenômeno largamente anglófono e profundamente marcado pela desigualdade de distribuição de riqueza. Exemplo ilustrativo é a própria infraestrutura de transmissão de dados por via digital; penso haver poucas formas de compreender isso de modo mais imediato que pelo mapa a seguir, que interpreta artisticamente os dados documentados sobre a circulação de informação via computadores no globo – formando lindos feixes

iluminados entre os pontos que mais trocam dados entre si, e deixando, em contraste, vastas regiões na escuridão, formando um planisfério que, de resto, é de causar muito pouca alegria.

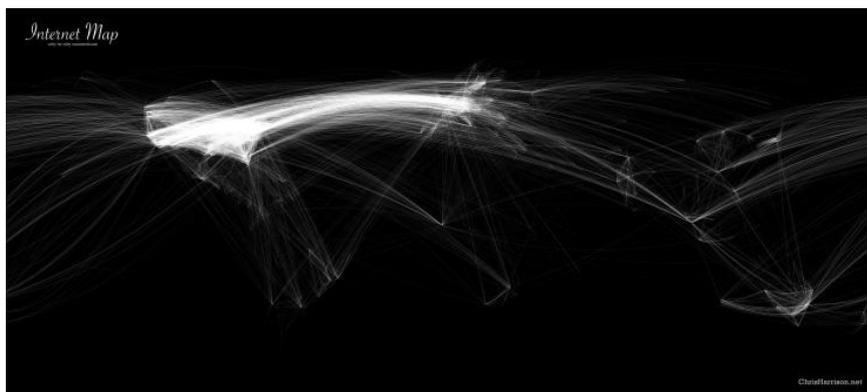


Figura 5. Internet map. Chris Harrison, www.chrisharrison.net/index.php/Visualizations/InternetMap

Tocamos aqui portanto, muito superficialmente, o problema da exclusão digital. Quero com isso apenas chamar a atenção para o fato de que, para além do problema mais específico da baixa visibilidade das pesquisas em ‘*Humanidades Digitais*’ fora da anglofonia, o problema mais geral da inacessibilidade aos recursos e tecnologias eletrônicas de difusão da informação agudiza os desafios trazidos pela absorção das tecnologias digitais pelas Humanidades.

A pergunta evidente, aqui, é: podemos seguir falando em um ‘campo inovador’; em uma forma ‘nova’, ‘atual’, ‘dinâmica’ e ‘moderna’ de fazer Humanidades – quando as barreiras econômicas ao acesso às próprias tecnologias de difusão digital são tão imensas?

O problema é mais grave se tomarmos a perspectiva, que tomo aqui, de que, independente do debate sobre as *Digital Humanities*, estamos vivendo um momento de transformação profunda no fazer as Humanidades. Nessa perspectiva, a manutenção da situação de desigualdade nas formas de acesso às tecnologias computacionais não significaria apenas que alguns pesquisadores e algumas partes do mundo, por ficarem fora “do digital”, correm o risco de não poder participar do novo mundo das “*Humanidades Digitais*”. Efetivamente, se acreditarmos que no futuro próximo *todas as humanidades serão digitais*, os pesquisadores de alguns pontos do globo correm o risco de não poder participar da comunidade **das Humanidades** – ponto final.

Assim, a discussão sobre o impacto das tecnologias digitais de difusão da informação sobre as Humanidades transcende o debate sobre a novidade das *Humanidades Digitais*. Aqui

toquei brevemente alguns fatores políticos e econômicos que determinam desafios que como humanistas, me parece, temos a obrigação ética de considerar. Essas breves considerações, entretanto, só fazem sentido diante da posição que defendi anteriormente, no sentido da inexorabilidade e da profundidade das transformações trazidas pelas tecnologias digitais sobre o trabalho nas Humanidades – o ponto que me leva a sugerir, acima, que em breve “todas as Humanidades serão digitais”. Incide neste ponto a relação entre o que discuti brevemente aqui sobre os desafios políticos e institucionais das *Humanidades Digitais* e o ponto principal que sugeri para reflexão mais acima, discutindo como a inscrição na lógica digital provoca transformações profundas nas Formas de Atenção a nossos objetos de pesquisa, fazendo construir-se uma nova forma de se fazer Humanidades, que *é digital*.

4. POR FIM

No começo desta conversa, entre muitas perguntas, perguntava-me como podíamos ler a Prosa do Mundo hoje, e que quadro nos permite operar uma ordenação dos seres e das ‘coisas’, inspirada (instada?) pela experiência marcante da leitura de *As Palavras e as Coisas* pelo olho eletrônico de um navegador na rede mundial de computadores. Chego ao final da conversa sem a resposta, mas com a desconfiança de que o espaço que ordena a *Prosa do mundo* hoje já não é, me parece, um espaço fisicamente limitado – como era o espaço fisicamente limitado, por exemplo, pela nossa possibilidade de arrumar livros para ler em bibliotecas feitas de concreto, de encontrar ali pessoas para conversar, de entregar a elas aquilo que tínhamos escrito. Nossa ‘tábua de trabalho’ agora não é um espaço fisicamente limitado: nela podem se encontrar todos os livros, todas as imagens, todas as palavras, e todas as coisas do mundo.

Sugeri aqui que essa dissolução dos limites físicos da leitura e do texto conforma um novo estado discursivo, político e institucional para as Humanidades. De um ponto de vista discursivo, como argumentei de início, vemos instaurarem-se novas formas de leitura que transformam as *Formas de Atenção* que podemos dirigir aos nossos objetos de trabalho. Nessa argumentação, busquei salientar a importância de compreendermos a nova realidade material do texto, que tomo

aqui como o instrumento e o objeto da atenção privilegiada das Humanidades; e tentei considerar como parte dessa “realidade material” todo o processo que envolve a produção, a difusão e a leitura do texto. Os desafios colocados por esta nova conformação das Humanidades frente às tecnologias de difusão digital da informação, como defendi em seguida, vão muito além do que o debate sobre as chamadas *Humanidades Digitais* pode fazer crer. Mas esse debate não é inteiramente alheio às questões discutidas aqui – é talvez, como sugeri, apenas uma faceta particularmente visível do problema maior. Assim, podemos aproveitar alguns dos apontamentos críticos que tem sido sugeridos dentro do debate das *Humanidades Digitais* para essa reflexão mais ampla, em particular os apontamentos que têm levantado a questão do anglocentrismo e da desigualdade dentro do campo (Fiormonte, 2012, 2014; Dacos, 2013), e mesmo aqueles que tem abordado as *Humanidades Digitais* como uma tendência passageira (Marche, 2013).

Mas, como sugeri, se formos além do que se oculta no rótulo ‘*Humanidades Digitais*’, veremos que as questões não são facilmente dispensáveis. Pois, como defendi, o problema não é de tendências – o problema nos é trazido pela inserção do trabalho em Humanidades na lógica da difusão digital do texto, e esta é uma realidade presente e agente, quer gostemos dela, quer não. Por isso tudo, não me parece exagerado afirmar que a inclusão das tecnologias digitais de difusão da informação estão transformando profundamente as Humanidades, como afirmei aqui, e como já afirmaram Unsworth (2001, 2006), Crane et al. (2008), e Baumann & Crane (2010).

Penso que uma postura realista diante desses desafios pode nos ajudar mais a compreendê-los que as perspectivas que chamei de “apocalípticas” de um lado, e de “eufóricas” de outro. Pois o que precisamos compreender é essa nova forma da ordem do mundo dos textos, para sermos – os *humanistas* – um pouco mais sujeitos e um pouco menos objetos dessas transformações. Assim (e tentando juntar as duas pontas principais do novelo que tentei que desenrolar ao longo da conversa), se estamos diante de uma nova forma de leitura e de ordenação do texto, precisamos resolver que papel teremos nessa nova ordem. A incursão ao reino da técnica computacional, assim, demanda das Humanidades uma autoanálise crítica – já que nos

obriga a fiar com novas fibras aquele fio com que se forma o tecido do trabalho das “ciências humanas”: o fio dos nossos olhares de leitura e dos nossos mecanismos interpretativos.

Resumo. As tecnologias eletrônicas de difusão da informação transformaram profundamente o trabalho tradicional das Humanidades, e esse trabalho passa a estar hoje, inevitavelmente, inscrito na lógica digital. Essa inscrição é muito mais profunda do que o rótulo ‘Humanidades Digitais’ pode fazer crer – pois não estamos diante do surgimento de uma nova tendência, nem de uma nova linha de pesquisas, nem de um novo campo de estudo no interior das Humanidades: estamos de fato diante de *outras Humanidades*, de uma nova forma de fazer o trabalho tradicional do humanista, marcado profundamente pela contingência da difusão digital da informação. Essa nova conformação do estado discursivo, político e institucional das Humanidades não é causa para euforia, nem para o desespero apocalíptico; deve ser, entretanto, motivo de reflexão crítica. Neste texto proponho uma reflexão nesse sentido, em particular discutindo os efeitos que um novo objeto – o texto digital – instaura nas *Formas de Atenção* (Unsworth, 2006) das Humanidades.

REFERÊNCIAS

- Belon, Pierre. Histoire de la nature des oiseaux. Paris, 1555. Imagens destacadas, Bibliothèque Interuniversitaire de Santé: <http://www2.biusante.parisdescartes.fr/img/?refphot=09330>, <http://www2.biusante.parisdescartes.fr/img/?refphot=09331>.
- Berry, David M. The computational turn. Culture Machine: thinking about the Digital Humanities. 2011, 12. Disponível em <http://culturemachine.net/index.php/cm/article/view/440/470>.
- Betts, Russell. Colloquium on Digital Humanities and Computer Science, Chicago, 2009.
- Chaudiron, S., Ihadjadene, M, Maredj, A. La fragmentation et l’unité documentaire em question. In: Actes ... CONGRÈS DE LA SFSIC, 16. Compiègne, 2008.
- Clement, T., Steger, S., Unsworth, J., & Uszkalo, K. (2008) ‘How Not to Read a Million Books’, accessed 21 June 2010. Disponível em <http://www3.isrl.illinois.edu/~unsworth/hownot2read.html#sdendnote4sym>
- Crane, Gregory (et al.). ePhilology: when the books talk to their readers. Blackwell Companion to Digital Literary Studies, R. Siemens; S. Schreibman (eds). Oxford: Blackwell, 2008. <http://www.digitalhumanities.org/companion>
- Dacos, Marin. La stratégie du Sauna finlandais. Les frontières de Digital Humanities. Essai de Géographie politique d’une communauté scientifique, 2013. <http://bn.hypotheses.org/11138>
- Dewey, Caitlin. If you could print out the whole Internet, how many pages would it be? The Washington Post, 2105. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/the-intersect/wp/2015/05/18/if-you-could-print-out-the-whole-internet-how-many-pages-would-it-be/?utm_term=.1cb813d38f45.
- Fiormonte, D. A quando i Brics della conoscenza? Infolet: Cultura e critica dei media digitali. Número 6, 2014.i Disponível em <https://infolet.it/?issue=numero-6>.
- Fiormonte, Domenico. Towards a Cultural Critique of the Digital Humanities. Historical Social Research / Historische Sozialforschung, vol. 37, no. 3 (141), 2012, pp. 59–76. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/41636597.
- Foucault, Michel. [As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas]. Tradução de Salma Tannus Muchail para Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines, 1966. São Paulo: Martins Fontes; 2000.
- Gradmann, Stefan; Meister, Jan Christoph. Digital document and interpretation: re-thinking“text” and scholarship in electronic settings. Poiesis Prax (2008) 5:139–153. DOI 10.1007/s10202-007-0042-y. <http://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10202-007-0042-y.pdf>
- Khabsa M, Giles CL (2014) The Number of Scholarly Documents on the Public Web. PLoS ONE 9(5): e93949. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0093949>

Kirschenbaum, Matthew G. What is Digital Humanities and what is it doing in your English department?, ADE BullEtin, 150, 2010. https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2011/09/kirschenbaum_whatisdigitalhumanities.pdf

Kunder, Maurice. The size of the World Wide Web. Disponível em <http://www.worldwidewebsite.com> . Acesso em: 01 mar. 2018.

Marche, Stephen. Literature is not Data: Against Digital Humanities, 2013. <http://lareviewofbooks.org/essay/literature-is-not-data-against-digital-humanities>

Meister, Jan Christoph. DH is us or on the unbearable lightness of a shared methodology. In: Historical Social Research 37 (2012), 3, pp. 77-85. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-378413>

Paixão de Sousa, Maria Clara. Texto digital: Uma perspectiva material. Revista ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). Volume 1, Número 35, 2013. ISSN: 1982-7830. Disponível em <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/643/712>

Paixão de Sousa, Maria Clara. O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil. Filologia e Linguística Portuguesa, v. 16, p. 53-93, 2014. <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/88404>

Pêcheux, Michel. Ler o arquivo hoje. In E. Orlandi et al. (Orgs.), Gestos de leitura: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

Peckel, Joris. The State of Digitisation. [Internet]. Open Knowledge Foundation / DM2E, 2012. Disponível em <https://openglam.org/2012/08/03/the-state-of-digitisation> ; acesso em 12/12/2012.

Pédauque, Roger T. Document et texte: Permanence et transformations. In: HAL-SHS- Sciences de l'Homme et de la Société. Version du 15-06-2004. Disponível em http://halshs.archives-ouvertes.fr/sic_00001003 . Acesso em: 03 de jul. 2013.

Pédauque, Roger T. La redocumentarisation du monde. Toulouse: Cepaduès, 2007.

Pédauque, Roger T. Le document à la lumière du numérique. Caen, France: C & F, 2006.

Porta G. La physionomie humaine de Jean Baptiste Porta neapolitain, divisée en quatre liures : enrichie de quantité de figures tirées au naturel, ou par les signes extérieurs du corps, on voit si clairement la complexion, les mœurs, & les desseins des hommes, qu'on semble penetrer iusques au plus profond de leurs ames. A Rouen: Chez Iean & David Berthelin; 1655. Disponível em https://archive.org/details/gri_33125008642148

Priani, Ernesto, et. al. Las humanidades digitales en español y portugués. Un estudio de caso: DíaHD/DiaHD. ANUARIO AMERICANISTA EUROPEO, 2221-3872, N° 12, 2014, Sección Tema Central p. 5-18 5. <http://www.red-redial.net/revista/anuario-americanista-europeo/article/view/267>

Schreibman, Susan; Siemens, Ray; Unsworth, John (eds.). A Companion to Digital Humanities. Oxford: Blackwell, 2004. <http://www.digitalhumanities.org/companion>

Unsworth, John. Forms of Attention: Digital Humanities Beyond Representation. Paper delivered at "The Face of Text: Computer-Assisted Text Analysis in the Humanities," III Conference of the Canadian Symposium on Text Analysis (CaSTA), McMaster University, November 19-21, 2006. <http://people.brandeis.edu/~unsworth/FOA/>

Unsworth, John. Knowledge Representation in Humanities Computing. Lecture I in the *eHumanities* NEH Lecture Series on Technology & the Humanities, Washington, DC, April 3, 2001. <http://people.brandeis.edu/~unsworth/KR/>